

SÉRGIO BARCELLOS

Aeconomia brasileira pode sair da fase deprimiva destes anos 80 e voltar a crescer de forma consistente e permanente. Para isso, são necessárias decisões políticas corajosas e gerenciamento competente dos sistemas de produção.

Um país com uma massa ponderável de miseráveis e altos índices de natalidade não pode se dar ao luxo de crescer a níveis inferiores aos tradicionais 7% ao ano. O preço dos baixos níveis de crescimento é alto de mais para as gerações nascidas nos anos 60, quando se registraram os mais elevados índices de natalidade da história recente do Brasil: 2,9% anuais.

Essas gerações estão ingressando agora no mercado de trabalho e não podem ser condenadas ao desemprego e à marginalidade. O melhor antídoto para esse mal social é o investimento e o alargamento da poupança nacional, hoje girando em torno dos 16% a 17% do Produto Interno Bruto, quando nos anos 70 girava em torno de 21%. O encolhimento das taxas de poupança, nos últimos três anos, se viu agravado pela incapacidade de investir do Governo e pela quase completa ausência do ingresso de recursos externos para investimento.

Apesar desse quadro desfavorável, a economia brasileira não está condenada à estagnação, à obsolescência e ao retrocesso, se a sociedade e os poderes públi-

cos manifestarem vontade política de superar as adversidades atuais por intermédio de providências corajosas no sentido de conter drasticamente o déficit público; de reduzir a ingerência do estado na vida profissional e privada dos cidadãos; e de abrir a economia brasileira, dotando-a de condições atraentes para os investimentos estrangeiros de risco.

Sob esse último aspecto, o mercado de capitais e as Bolsas de Valores brasileiras podem ser fontes importantes de novos investimentos produtivos, desde que haja uma decisão política de reformular o modelo de desenvolvimento econômico adotado ao longo dos últimos anos e que resultou num quase incontrolável processo de endividamento externo e interno.

O processo de desregulamentação que tem se verificado nos países industrializados da Europa, acrescido de programas adequados de privatização de empresas estatais, tem contribuído decisivamente para a recuperação da economia e a redução do déficit público desses países.

Apesar de adotada inclusive por governos socialistas, como o da Espanha de Felipe González, que concluiu sabiamente que "o nacionalismo é antieconômico", esse tipo de modelo de desenvolvimento enfrenta resistências no Brasil.

Essas resistências são de ordem ideológica, que devem ser respeitadas apesar de equivocadas; de ordem fisiológica, que devem ser

condenadas e eliminadas por serem espúrias; e, na maioria dos casos, resultam do desconhecimento do que vem a ser realmente um processo de desregulamentação ou um programa de privatização.

A oposição ideológica é equivocada porque se apega a slogans vigentes nos anos 50 e 60, quando as condições mundiais eram bem diversas das de hoje. Ela tende muito mais para o arcaísmo do que para o pós-modernismo.

A oposição fisiológica parte dos estratos superiores da burocracia muito mais preocupados em se manter no poder e desfrutar de suas benesses do que com o futuro da sociedade brasileira. O rombo do orçamento das empresas estatais é o argumento mais eloquente a favor da eliminação desse tipo de resistência.

A oposição pelo desconhecimento é uma questão de disseminação mais eficiente de informações, na qual desempenham importante papel as lideranças da sociedade e os veículos de comunicação de massa.

Superadas essas resistências, será possível reintegrar o Brasil à economia internacional e retomar o processo de crescimento consistente e adequado às necessidades de sua população. Fora desse modelo, não há saída possível para a crise brasileira. E 1988 é um bom ano para se começar a caminhar para a frente.

Sérgio Barcellos é Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.